

2013

Reforma Política: Fluxo interminável no dialogismo parlamentar



A REFORMA POLÍTICA – Fluxo Interminável no Dialogismo Parlamentar¹

(Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.)

Introdução

A análise discursiva aqui apresentada não se trata de um estudo político sobre a reforma política. Muitos estudos sobre o tema já foram realizados, alguns pela própria Câmara dos Deputados². Não é do escopo deste estudo articular uma reflexão em termos de ciência política e de ciência legislativa sobre a chamada reforma política. O objetivo do presente estudo é analisar, com base na Análise de Discurso Crítica (ADC), na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e na teoria do sistema de avaliatividade³, discursos parlamentares referentes à reforma política, proferidos na Ordem do Dia, no Grande Expediente e nas Comunicações Parlamentares. Tais discursos encontram-se à disposição do público no site da Câmara dos Deputados, graças ao trabalho incansável da equipe da Taquigrafia, cujo valor para o Parlamento e para a história do Brasil está devidamente reiterado com este trabalho. Por isso, agradecemos, de antemão, a todos os taquígrafos, que tornaram possível esta análise.

A atividade-fim do Parlamento — a ação política com as deliberações, seja para criar novas leis, seja para fiscalizar o Executivo — está intimamente ligada ao discurso, especialmente durante a deliberação, gênero discursivo que inclui o encaminhamento de votação, o voto do relator, as falas contra e a favor dos oradores e a votação em si. Dessa forma, conforme a teoria de Fairclough⁴ (Fairclough, 2003), o discurso é um momento irredutível da vida social e, em uma acepção mais concreta de discurso, faz parte de toda e qualquer prática social. A prática social do Parlamento é formada de discursos, gêneros e estilos, que se articulam para constituir a ordem do discurso daquela prática.

¹ Análise realizada por Maria Lílian Yared, Noelia Maria Ribeiro e Marina Hernandez, com a assessoria para língua estrangeira de Daniela Bakker e assessoria de pesquisa histórica e parlamentar de Vilma Pereira.

² Veja o texto exemplar do Consultor Márcio Rabat, proferido na Comissão de Altos Estudos da Câmara dos Deputados, em 06.03.2013, disposto e organizado no modo escrita pela Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

³ Teorias que buscam analisar textos com base na concepção de discurso como constitutivo da sociedade (ADC); com base na concepção da linguagem como funcionalmente servindo as necessidades sociais (LSF); com base no sistema de avaliatividade como fonte de recursos para localizar o posicionamento do orador frente ao que está falando (teoria do sistema da avaliatividade).

⁴ Um dos teóricos fundadores da Análise de Discurso Crítica, teoria/medotologia para estudos discursivos, cujos alicerces se encontram no livro *Analysing Discourse*, de 2003, contante das referências do presente estudo.

O tema da reforma política tem sido dos mais discutidos, comentados, estudados e pesquisados nos últimos dez anos, pelas instituições legislativas, pela imprensa e pelas redes sociais, possivelmente como consequência da estabilização democrática por que passa o País, do desenvolvimento da consciência político-participativa da população e da necessidade cada vez maior do envolvimento do cidadão nas decisões de temas que envolvem diretamente o estado de bem-estar da população. O que conhecemos como reforma política no Brasil é um processo complexo de estabilização da democracia brasileira, processo que tem como um dos momentos principais a promulgação da Constituição de 1988, seguida de criação de leis relevantes para o destino da Nação — Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, chamada Lei dos Partidos Políticos, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei Permanente das Eleições.

Façamos uma reflexão, antes de adentrarmos em questões metodológicas e de contextualização, sobre o item lexical “reforma”. Seu significado mais original, mais filogenético, refere-se à modificação de uma forma já existente. Se pensarmos em um significado mais próximo da sincronia da linguagem, temos que “reforma” também indica transformação, mudança de algo que precisa de conserto, aperfeiçoamento ou ajuste. Podemos considerar a reforma política como uma busca de transformação, vez que o concerto político, um fluxo contínuo de deliberações e ações, busca por si só mudanças para o seu aperfeiçoamento.

Há, ainda, outra acepção político-social da expressão “reforma política”, que vê “reforma política” como um grande projeto de lei, com vários itens que envolvem mudanças no sistema partidário-eleitoral do Brasil, além de transformações em tramitações de projetos de lei e em temas constitucionais como a imunidade parlamentar. A chamada Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº. 135, de 2010), projeto de iniciativa popular, modificou as condições de inelegibilidade, satisfazendo a população, que reivindicava condições mais estritas de comprovação da idoneidade do candidato. Atualmente, podemos também considerar o item lexical “reforma política” como um ideal de sistema político-partidário brasileiro, podendo vir a ser concretizado com a aprovação de um documento legal que conte com várias e diversas questões sobre o sistema político-partidário brasileiro.

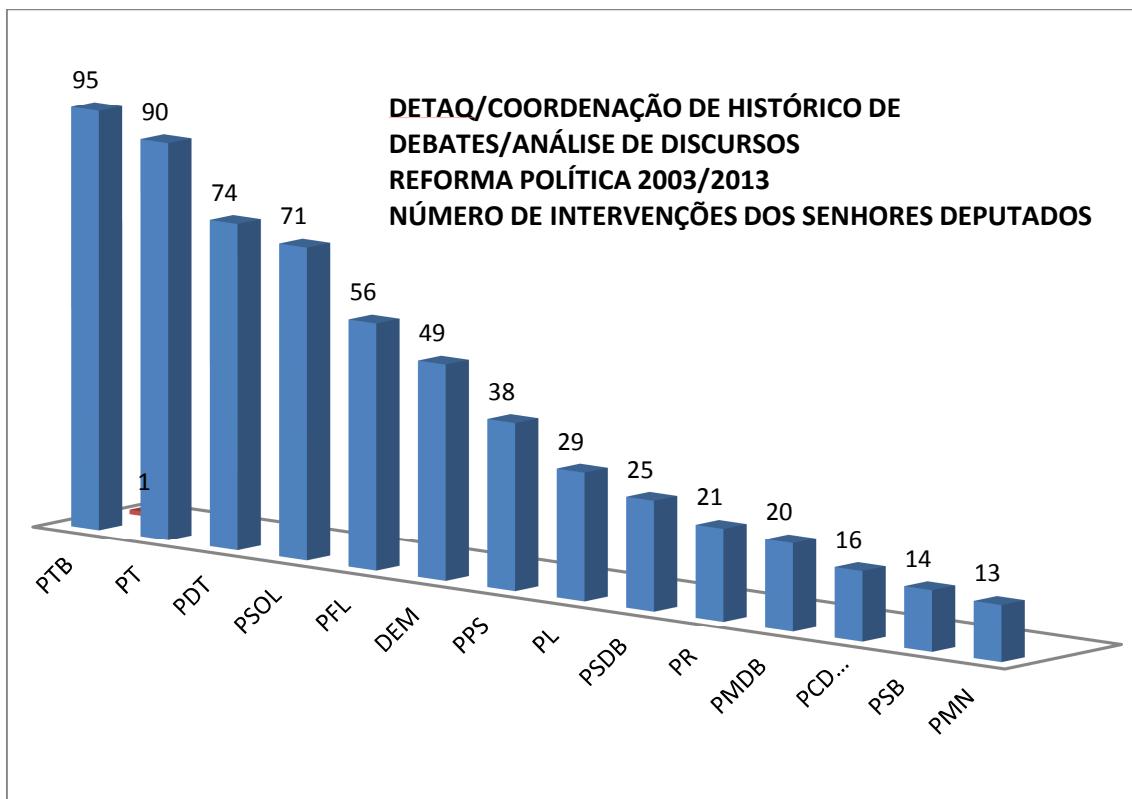
2 Contextualização das deliberações sobre reforma política

Nessa contextualização, por força dos objetivos do presente trabalho, vamos restringir à análise de discursos parlamentares, em momentos de deliberações ou em momentos de debates, ocorridos entre 2003 e 2012, na Câmara dos Deputados sobre reforma política. Estamos cientes de que há várias deliberações antes de 2003, sobre o sistema eleitoral e partidário no Brasil, mas aquele foi o período que escolhemos por conter a criação de comissões especiais para discutir a reforma política, além de se caracterizar como um período em que houve muita pressão para que esse tema fosse discutido no Parlamento.

Dois projetos de lei relativos à Reforma Política, produzidos pela Comissão Especial de Reforma Política, não foram aprovados em Plenário: o PL 2.679, de 2003, e o PL 1.210/2007. Ambos dispunham, entre outros assuntos, sobre a lista preordenada de candidatos e o financiamento público de campanha, pontos nevrálgicos da reforma política. Ao que tudo indica, possivelmente, ao longo dos próximos anos, serão votados de forma separada itens relativos às leis político-partidárias. A sessão na qual ocorreu a votação das emendas ao projeto 1.210/2007, em 27/06/2007, foi caracterizada por um processo deliberativo muito complexo, que envolveu a votação de emendas aglutinativas ao projeto, e, ao fim da sessão, foi rejeitada com veemência a lista preordenada, com várias manifestações emotivas, com gritos, com frases como “fora lista preordenada”, tudo devidamente registrado pelo Departamento de Taquigrafia. A recuperação desse “espírito apaixonado” do Parlamento no momento da votação de matérias relevantes pode ser verificada pelos apelos emocionados de alguns Parlamentares.

Atualmente, há um projeto de lei amplo, PL 1538/07, que inclui vários itens, como o financiamento público de campanha. Em 09 de abril de 2013, o plenário da Câmara dos Deputados não votou o projeto, nem a PEC 3/99, referente à coincidência de mandatos e das eleições gerais e municipais. Como se pode perceber, trata-se de tema polêmico, complexo, que diz respeito a todos os setores da vida social e política brasileira. A expressão “reforma política” talvez não alcance a real complexidade de vários itens referentes a mudanças no sistema político e eleitoral do Brasil.

3 Metodologia e Critérios de escolha de discursos – Para atingirmos a maior representatividade possível, escolhemos os oradores buscando contemplar considerável variedade de partidos, com suas diferentes ideologias e posicionamentos. Também buscamos trazer a mais representativa participação feminina, em termos qualitativos, nessa área de reforma política, a Deputada Luiza Erundina, Coordenadora da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, criada em 18 de abril de 2007, portanto há exatos seis anos, do momento em que escrevemos este artigo. Apresentamos a seguir dois quadros ilustrativos da participação dos partidos políticos e dos Parlamentares nos debates sobre a reforma política.

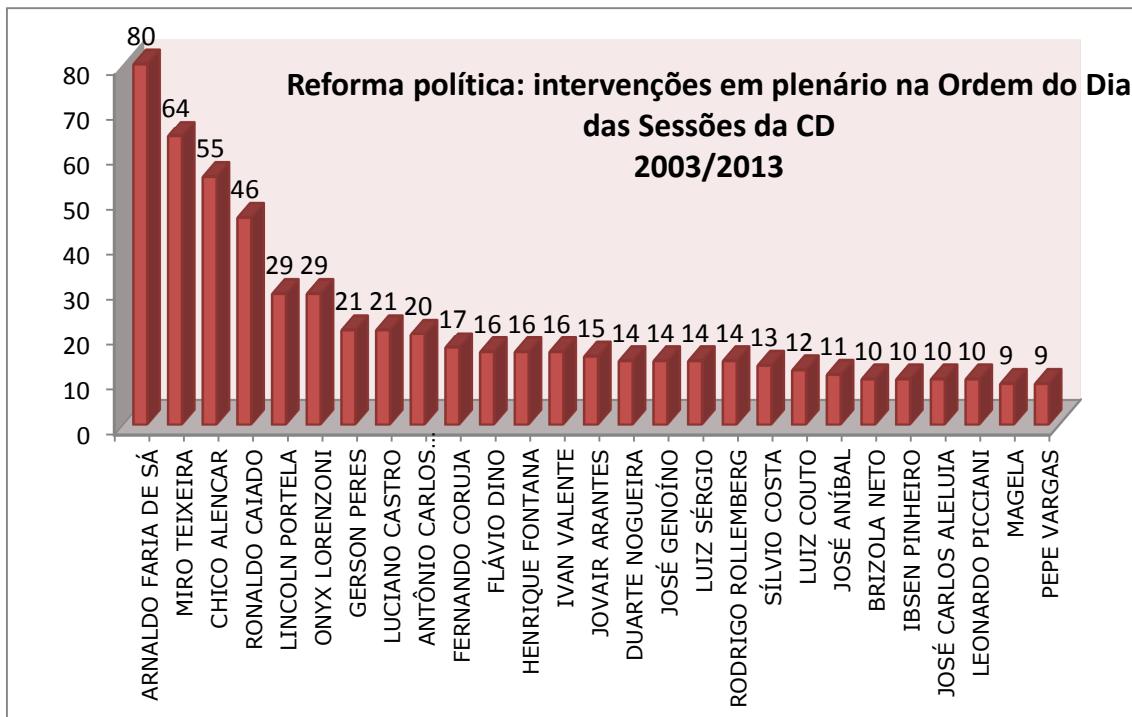


Quadro 1 – Gráfico ilustrativo de número de intervenções sobre reforma política, por partido, em ordem decrescente⁵.

Metodologicamente, é relevante ressaltar que o gráfico ilustra a quantidade das intervenções, não levando em conta a extensão das intervenções, ou seja, o tempo gasto nas intervenções, consideração esta que tornaria extremamente complexa a construção do gráfico.

A seguir, temos o quadro que mostra o número das intervenções, por orador, realizadas na Ordem do Dia.

⁵ Realizado por Vilma Pereira, Analista Legislativo.



Quadro 2: Gráfico ilustrativo da quantidade de intervenções na Ordem do Dia sobre reforma política, por ordem decrescente de oradores, feito por Vilma Pereira, da Coordenação do Histórico de Debates.

Após uma análise comparativa entre esses dois gráficos, considerando também a participação qualitativa, no caso de relatores de Comissões Especiais da Reforma Política e da participação feminina, foram escolhidos os seguintes oradores:



Essa seleção engloba ideologias partidárias diferenciadas, constituindo-se em uma boa amostra da representatividade da sociedade brasileira. Em cada discurso, procuraremos analisar as características mais relevantes para a finalidade do discurso parlamentar: a persuasão.

4 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO [RONALDO CAIADO](#)

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se o discurso ora em análise de parecer do Deputado Ronaldo Caiado, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, lido no plenário da Câmara dos Deputados, em 27/06/2007, referente ao Projeto de Lei nº 1210/07, que “dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar, a propaganda eleitoral, o financiamento de campanha e as coligações partidárias”. A matéria teve a votação adiada em diversas sessões plenárias durante todo o ano de 2007. Em 02/04/2008, o requerimento de urgência de autoria do Deputado Professor Sétimo para votação do projeto foi arquivado e, em seguida, este foi rejeitado.

4. 2 ANÁLISE

O sistema de **avaliatividade**⁶, criado por Martin e White, identifica três recursos disponíveis para expressar emoções, sentimentos, julgamentos e avaliações. São eles: **afeto** (relativo à expressão de sentimentos), **julgamento** (relativo à apreciação sobre o caráter das pessoas) e **apreciação** (relativo ao valor atribuído às coisas), englobados em uma categoria denominada **atitude**. As atitudes podem ser mais ou menos intensificadas, por meio da utilização de recurso chamado **amplificação**, e refletir a opinião do escritor/orador ou de um terceiro, a quem os autores chamam de **fonte**. Há também dois mecanismos de amplificação: **força** (relativo à avaliação) e **foco** (relativo à perspectiva).

Ao longo de seu parecer, Ronaldo Caiado utiliza uma série de expressões avaliativas (adjetivos, metáforas, advérbios, pronomes etc) para convencimento de seus pares de sua posição no que diz respeito à Reforma Política. Nossa análise será exatamente sobre esses recursos

⁶ “A **avaliatividade** é um sistema de significados interpessoais. Usamos os recursos de **avaliatividade** para negociar nossos relacionamentos pessoais ao dizermos aos nossos ouvintes ou leitores como nos sentimos em relação a coisas e pessoas (em uma palavra, o que nossas atitudes são).” (Martin, 2007, p. 25 e 26. Tradução de Dani Bakker.)

Quando se refere ao fato de estar sendo votado um projeto de iniciativa parlamentar em detrimento de uma medida provisória, o Deputado afirma ser uma “coisa rara!”. Esse recurso de apreciação se mistura ao de afeto em razão do tom de ironia que o autor atribui à expressão. Além disso, a exclamação (modo escrita) representa, de igual modo, a emoção do autor ao expressar sua opinião (modo fala). Identificamos o mesmo recurso quando o orador exclama ser “inaceitável!” a leitura de que o projeto garante a reeleição, ou seja, o surgimento de “Deputados biônicos” (expressão que revela uma atitude de julgamento).

Ao defender o projeto, o Deputado Ronaldo Caiado classifica-o como “relevante” e “urgente”, o que caracteriza uma atitude de apreciação, e atribui a possibilidade de mudança de opinião de seus pares aos “argumentos consistentes” (apreciação) que ali se encontram. Mais uma vez, utiliza “consistente”, quando se refere ao projeto de reforma que a sociedade espera.

Ainda sobre o projeto, podemos notar na expressão avaliativa “novo modelo” a anteposição do adjetivo como forma marcada para enfatizar o primeiro elemento, amplificando assim o caráter apreciativo (avaliatividade). Da mesma forma, ocorre em “severas críticas” e “falsas teses” (opiniões contra o projeto) e em “substantiva mudança” (aprovação do substitutivo) e “raras e honrosas exceções” (dinheiro que financia as campanhas).

Na expressão avaliativa “assunto polêmico, efervescente”(a reforma política), vemos, além da atitude de apreciação, uma atitude de afeto, em razão da presença da metáfora de estado físico “efervescente”.

Outro recurso bastante utilizado pelo orador é a amplificação com o mecanismo de força em expressões como: “É inaceitável, é inadmissível, é indefensável”, em que o orador, para enfatizar sua insatisfação, não só repete a forma verbal, mas também enumera itens de um mesmo campo semântico. Novamente utiliza a enumeração em: “vem do ‘lalau’, do ‘vampiro’, do ‘sanguessuga’, do ‘navalheiro’ para identificar aqueles que desviam verba pública. Outro exemplo é “será inaceitável, explosivo, demolidor” (a mistura de dinheiro público com dinheiro privado), embora “inaceitável” se afaste do significado de “explosivo” e “demolidor”, que são metáforas de guerra.

O recurso de amplificação com mecanismo de força volta a ocorrer com a inserção nas expressões avaliativas de modificadores (advérbios, pronomes de intensidade, adjetivos etc). Ao referir-se, por exemplo, à sessão deliberativa, o Deputado Ronaldo Caiada afirma ser “a *mais* importante desta Legislatura”. Esses

modificadores aparecem em vários outros momentos do discurso como: “nada há de *mais* positivo” e “*mais* belo” (o debate das ideias); “*um dos maiores* tratados do Brasil” (o estudo realizado por um cientista político); “médico *internacionalmente* conceituado” (Adib Jatene); “situação *verdadeiramente* calamitosa (má utilização do dinheiro da CPMF); “algo *totalmente* inatingível” (o voto distrital); “*muito* claro” (o art. 6º do substitutivo), “pontos de *absoluta* concórdia” (itens da reforma política) e “falhas *tão* primárias (falhas do substitutivo).

Em “é o câncer do atual sistema” o fenômeno do caixa 2, temos uma metáfora de doença, utilizada de modo avaliativo para demonstrar a intensidade do sentimento do orador, que também pode ser considerada como atitude de afeto. Outras metáforas como “em terreno firme, sólido” (metáfora de edificação) e “em cima de tecido roto, estrutura podre” (respectivamente metáfora têxtil e de edificação) também servem para amplificar o sentimento do Deputado ao mencionar onde a transição pode ser alicerçada (terreno firme) e onde não pode (tecido roto). Todas essas metáforas foram utilizadas também com a intenção de provocar a emoção do ouvinte, tendo em vista o caráter dialógico da comunicação, ou seja, a interação entre o autor/orador e o leitor/ouvinte.

Destacamos também a expressão “um remedinho de conveniência”, metáfora relacionada no discurso a paliativos que podem ser aprovados em lugar do projeto e que pode ser considerada como recurso de amplificação, pois diminui a força avaliativa (com intenção depreciativa) ao acrescentar à palavra “remédio” o sufixo “-inho”. Ainda com a mesma avaliação depreciativa, o Deputado retrata a atual situação do sistema eleitoral como “esse arremedo de mudança, esses penduricalhos”.

Outra forma de avaliação ocorre na escolha de verbos como “satanizar” (metáfora bíblica), em “alguns tentam ‘satanizar’ o projeto”, e “piratear” (metáfora naval), em “pirateando’ o projeto inicial”.

4.3 CONCLUSÃO

Pelo que pudemos observar, o discurso ora analisado possui uma série de recursos de avaliatividade, o que configura uma tentativa de aproximação do orador com seu ouvinte, a fim de que seus argumentos possam ser compreendidos e aceitos. Muitos outros aspectos poderiam ter sido considerados em nossa análise, tendo em vista as inúmeras ferramentas que a Análise de Discursos Crítica nos oferece, porém a riqueza de expressões avaliativas no discurso do Deputado Ronaldo Caiado foi o que mais chamou a nossa atenção.

5 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO HENRIQUE FONTANA

5.1 Introdução

O objetivo da Reforma Política é aperfeiçoar o modelo dos métodos de escolha dos representantes da população, a fim de que o poder econômico não seja fator determinante para a possibilidade e para o fortalecimento das candidaturas a cargos eletivos. A redução da corrupção é consequência possível desse aperfeiçoamento do modelo político-eleitoral brasileiro. Em vista da influência do poder econômico de grandes empresas no processo eleitoral, uma reforma política é apontada por diversos Parlamentares, de diversos partidos, como necessidade urgente e como ponto de partida para outras reformas necessárias ao País.

O Deputado Henrique Fontana (PT-RS), Relator da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à reforma política (CEREFPOL), apresentou um anteprojeto de reforma política que aborda vários temas, como financiamento público exclusivo de campanha, listas preordenadas, coligações partidárias, fidelidade partidária, suplência de Senadores, etc. Essa proposta foi debatida, sofreu modificações, mas ainda assim enfrenta alguma resistência na Comissão.

Procurando abordar esse tema polêmico, vamos apresentar a análise do discurso do Deputado Henrique Fontana, proferido em 17 de abril de 2012, no qual ele procura sensibilizar os colegas para a necessidade de votação do relatório e aborda o tema do financiamento público exclusivo de campanha como “pilar central da reforma política”.

5.2 Contextualização

Foi criada a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à reforma política (CEREFPOL), da qual o Deputado Henrique Fontana é o Relator. Em outubro de 2011, o Deputado apresentou o Anteprojeto 2, de 2011, e, após debates, apresentou, em março de 2012, nova proposta, o Anteprojeto 3, de 2012, cuja votação não ocorre pelo impasse político que leva até mesmo à obstrução das votações. Em razão dessa obstrução, o Deputado pronunciou discurso em plenário.

5.3 Estrutura argumentativa e semântica

O discurso do Deputado Henrique Fontana centra-se no item do financiamento público exclusivo de campanhas como ação para impedir a influência econômica de grandes empresas sobre candidatos e partidos. A razão apresentada para justificar o que deve ser feito com referência ao problema da corrupção no Brasil é a de que os elevados custos das campanhas eleitorais cada vez mais negam acesso das classes populares a mandatos e propiciam a influência do poder econômico de grandes empresas sobre os candidatos e também o uso de mecanismos de desvio de verba pública.

Outro foco do discurso é o poder do financiamento público exclusivo de campanha contra a corrupção. O discurso mostra como a corrupção é um fenômeno presente no campo político brasileiro, mas que pode ser enfraquecida mediante a reforma política. Nesse ponto, o discurso está mais centrado no *pathos*, na ativação do emocional do ouvinte, segundo a divisão aristotélica. Para ativar essa dimensão afetiva, a metáfora é o recurso semiótico largamente utilizado. A metáfora é uma estratégia de construção simbólica presente em discursos parlamentares que acessa as emoções do ouvinte/leitor e, portanto, tem uma força de persuasão bastante considerável.

Apresentamos a seguir o quadro da estrutura argumentativa do discurso do Deputado Henrique Fontana. Esse tipo de ordenamento de transcrição já nos permite visualizar como a persuasão vai sendo construída ao longo da argumentação, como os recursos lexicogramaticais e semânticos vão-se delineando para se constituírem em uma teia argumentativa que caracteriza o discurso parlamentar.

5.4 Estrutura da argumentação prática do discurso analisado

Assunto: Reforma Política - Orador: Henrique Fontana - Partido: PT/RS

Meta	Reforma política, cujo principal ponto é o financiamento público de campanha.
Reivindicação/alegação	Apoio para votar o relatório da reforma política, que se encontra paralisada na Comissão Especial da Reforma Política.
Valores	Combate à corrupção; igualdade; fortalecimento da democracia; ética; impessoalidade; moralização da política.
Circunstâncias	Obstrução de votação
Meios para atingir a meta	Colocar o relatório em votação na Comissão.
Argumentação	<p>Dezenas de crises envolvem uma temática que mistura a corrupção com o financiamento de campanhas eleitorais.</p> <p>Grandes empresas não querem fazer negócios lícitos com o Estado, mas querem o lucro antiético de eventuais obras superfaturadas e/ou de serviços vendidos ao setor público através de critérios manipulados.</p> <p>O povo brasileiro paga campanhas caríssimas através de dois mecanismos: pelo dinheiro destinado à campanha embutido no preço dos produtos que compra, como consumidor e pelo superfaturamento de obras, tráfico de influência, licitações.</p>

Argumentação (cont.)	<p>O financiamento público de campanha reduz os gastos de campanha.</p> <p>Os Parlamentos estão sendo cooptados pelo interesse econômico de quem tem capital para financiar as campanhas.</p> <p>É uma lei para moralizar a política, é uma lei para garantir igualdade de condições.</p> <p>Muitos representantes das classes populares têm, cada vez mais, dificuldade de concorrer, em igualdade de condições, a um cargo público.</p> <p>Quando alguém pobre não tem o direito igual de concorrer a uma vaga de Vereador, de Prefeito, de Governador, de Deputado Estadual ou Federal, está quebrada a regra fundamental da democracia.</p> <p>Os escândalos que estão acontecendo não são apenas um problema das pessoas, são também um problema do sistema político, que precisa mudar.</p> <p>A eleição brasileira saltou do custo de 800 milhões para 4 bilhões e 800 milhões de reais. Ou seja, 6 vezes mais, 8 anos depois.</p> <p>A reforma política, com o financiamento público, tem uma potência mil vezes maior do que o Projeto Ficha Limpa, para melhorar a política brasileira.</p>
Consequências negativas	<p>Só chegarão ao Parlamento candidatos muito ricos ou aqueles que participem do privilégio das listas fechadas dos grandes financiadores de campanha.</p> <p>Continuaremos colocando a política sob um grau de suspeição cada vez maior, o que é ruim para a democracia.</p>

5.5 Análise das Metáforas e da representação dos Atores Sociais

A reforma política é chamada de “a reforma das reformas”, ou seja, a reforma que possibilitará as outras reformas no País. Na medida em que o financiamento público de campanha é chamado de “pilar central da reforma”, “centro daquilo que nos

desafia a política brasileira”, o orador aponta que as mudanças que se propõem para o País ocorrerão a partir da modificação da forma como se financiam as campanhas.

A corrupção é representada nesse discurso de várias formas, com determinadas estratégias de construção simbólica, como a personificação (a corrupção possui braços); entificação por meio de analogia a um vegetal com grande potencial reprodutivo (a corrupção como algo que cresce e viceja). Enfim, a corrupção também é representada como fenômeno social com um matiz de inevitabilidade (não nasce na política, mas está na sociedade.)

As metáforas referentes à corrupção de modo geral dizem respeito a um tipo de personificação da corrupção (algo que cresce, que tem braços). A metáfora ontológica mais óbvia, segundo Lakoff, é aquela em que o objeto físico é especificado como uma pessoa (Lakoff e Johnson, 2003, p. 33.). Em relação à personificação, afirma Lakoff:

“Isso permite-nos compreender uma larga variedade de experiências com entidades não humanas em termos de motivações humanas, características humanas e atividades humanas. (Lakoff, 2003, p. 34.)”

. . . A corrupção, dessa forma personificada, também pode nos ajudar a entender e aceitar esse complexo fenômeno ontologicamente, isto é, como um inimigo, sem mencionar as responsabilidades.

Em relação à corrupção, há uma representação de forma generalizada quando se trata dos atores sociais ligados à política — “*Não haverá corrupção se ela não tiver um braço na política, no poder político*”, “*Os Parlamentos estão sendo cooptados pelo interesse econômico*” — e de forma específica quando se trata de atores sociais que atuam como servidores públicos — “*Não há corrupção se não houver um braço, também altamente minoritário que envolva servidores públicos*”.

Os potenciais corruptores são representados discursivamente de forma generalizada: “grandes grupos econômicos”, “grandes empresas”, “rede criminosa”.

Van Leeuwen afirma o seguinte:

“A forma generalizada e a forma específica de representação de atores sociais indicam diferentes hábitos de diferentes classes sociais. Segundo Bourdieu, a referência concreta a uma experiência imediata está ligada ao habitus da classe trabalhadora; por outro lado, distância, altura, uma vista panorâmica do observador que vê a si mesmo como acima das confusões comuns, refere-se ao habitus da classe dominante. (apud van Leeuwen, 2006, p. 35.)”

5. 6 Considerações Finais⁷

A cadeia argumentativa do orador revela uma preocupação com o acesso da classe menos favorecida ao caminho para o poder, ou seja, o acesso a cargos políticos daqueles não favorecidos pelo poder econômico.

Embora o discurso analisado, em sua argumentação sobre a necessidade de reforma política, não vise só à questão da possibilidade do enfraquecimento da prática da corrupção, podemos dizer que a redução possível da corrupção é um dos argumentos mais destacados na estrutura argumentativa do texto. A metáfora da personificação da corrupção pode ser entendida como uma das construções relevantes na argumentação do orador para justificar a defesa do financiamento público de campanha. A metáfora da corrupção como inimigo, faz com que a estrutura argumentativa esteja também baseada na reafirmação da necessidade do financiamento público exclusivo de campanha como uma “arma” ou um “antídoto” contra a corrupção.

⁷ Análise realizada por Marina Hernandes e Maria Lílian de Medeiros Yared.

6 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

O objeto desta análise é o discurso do Deputado Arnaldo Faria de Sá, proferido em cinco de dezembro de dois mil e doze, na sessão 338.2.54.0, da Câmara dos Deputados. O discurso trata dos posicionamentos do Parlamentar frente aos itens da chamada reforma política.

Neste discurso, o Parlamentar cita vários itens da reforma política e dá as razões pelas quais é contrário à aprovação dos mesmos. São eles: financiamento público de campanha, lista fechada, fim das coligações. O único item que encontra um arrazoamento favorável por parte do Parlamentar é o item referente à coincidência das eleições.

Vamos analisar, com a ajuda do quadro a seguir, os principais argumentos utilizados pelo orador para explicitar o seu posicionamento referente às questões da chamada reforma política.

Item da reforma política	Posicionamento	Argumentos
Financiamento público	<i>É uma coisa extremamente absurda!</i>	<i>No momento em que se reclama de falta de dinheiro para a saúde, de falta de dinheiro para vários setores do País, jamais, em hipótese alguma, se pode admitir usar dinheiro para as campanhas eleitorais.</i>
Lista fechada	<i>Essa, sem dúvida nenhuma, será a maior excrescência neste momento em que se quer o sistema de listas.</i>	<i>Se, votando em lista aberta, o eleitor já vota em tantas pessoas que não merecem nem estar aqui, imaginem, então, votando no escuro, na lista fechada!</i>
Fim das coligações	Não concorda	<i>(...)porque a questão da coligação local é uma, totalmente diferente de uma cidade vizinha. Tem-</i>

		<i>se que respeitar peculiaridades locais.</i>
Coincidência das eleições	Única vantagem. (...) de extrema importância.	<i>Geraria uma economia para o País.</i>

Quadro 1 – Itens da reforma política e argumentação no discurso.

Vamos analisar agora a estrutura argumentativa deste discurso. Em relação ao primeiro item da reforma política, o financiamento público de campanha, o Deputado expressão seu posicionamento contrário, usando o seguinte silogismo:

- 1) O dinheiro de uma Nação deve ser direcionado primeiramente para áreas fundamentais, como a saúde.
- 2) No Brasil, está faltando dinheiro para vários setores, inclusive para a saúde.
- 3) Portanto, não se deve direcionar dinheiro do Brasil para campanhas eleitorais.

Quanto à questão do sistema de lista fechada, o orador também assume posicionamento contrário, usando a seguinte estrutura argumentativa, esta especificamente com a exposição de consequências negativas.

- 1) Não é bom que o eleitor vote no escuro.
- 2) O sistema de lista aberta já permite que o eleitor não saiba em quem está votando
- 3) O sistema de lista fechada é um voto no escuro e vai frustrar o eleitor.

Podemos observar a complexidade do processo argumentativo, inclusive com análise de consequências negativas, quando o Deputado vai defender o seu posicionamento contrário à lista fechada e ao financiamento público de campanha.

7 ANÁLISE DO DISCURSO DA DEPUTADA [LUIZA ERUNDINA](#)

A Deputada Luiza Erundina coordena a Frente Parlamentar de Legislação Participativa para a reforma política. Trata-se de uma parlamentar cujo foco de atuação é a legislação participativa, políticas de inclusão de grupos minoritários nas listas de candidatos políticos nas eleições.

A presente análise estuda um discurso da Deputada Luiza Erundina, proferido no Grande Expediente, no dia 03 de junho de dois mil e nove, na sessão 135.3.53.0, da Câmara dos Deputados.

O que caracteriza o discurso da Deputada Luiza Erundina? Uma preocupação com a participação das minorias no processo político nacional e certo desânimo em relação a posições Parlamentares referentes a votações para a transformação do processo político-partidário brasileiro. (Ex.: *Tudo isso é lamentável, é frustrante!*, disse a Deputada em relação à não votação dos projetos de lei referentes à chamada Reforma Política.)

Trata-se de um discurso elaborado, de relativa complexidade, intentando o convencimento por meio da elucidação. Há a presença maciça de orações definidoras relativas, que servem para particularizar uma subclasse de uma classe mais geral. Vejamos a seguir um quadro com a oração principal e a oração definidora relativa, que expande o significado, por meio da elaboração.

Síntagma expandido	Oração definidora relativa (expansão do significado por meio da elaboração.)
Sob a perspectiva <u>dos movimentos sociais</u>	Que integram a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular
O nobre Deputado elaborou <u>um parecer</u>	Que consubstancia uma série de propostas
Esse seja o ponto mais importante (alternância de gêneros)	Que vai introduzir condições objetivas de mudanças no nosso sistema
Mentalidade	Que se reproduz através de uma mídia
Através de uma mídia	Que não tem muito compromisso com a democracia.

8 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO LINCOLN PORTELA

Esse discurso do Deputado Lincoln Portela foi pronunciado no dia 02 de fevereiro de 2011 pelo Deputado, que está preocupado com o encaminhamento das votações. E o Deputado sinaliza essa preocupação com o uso de modalidades deônticas.

A modalidade deôntica é um recurso linguístico que serve para que o orador se posicione quanto ao seu comprometimento com o que está falando, em termos de obrigação. Existe também a modalidade epistêmica, pela qual o orador se posiciona em relação ao que afirma em termos de possibilidade.

As modalidades servem à construção de identidades sociais, ressaltando no texto o estilo do orador, de uma rede de práticas sociais. No caso do agente político cujo discurso ora é analisado, a rede de práticas políticas, desde debates até relações com os eleitores, é o locus no qual é texturizada a identidade do orador. A modalidade diz respeito à relação entre o orador e as representações. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 165) As construções modais dizem do comprometimento do autor com a verdade do que está falando, e como o autor se compromete indica de forma significativa como ele é.

No caso do discurso analisado, há várias modalidades deônticas explícitas e algumas implícitas.

8. 1 A construção da identidade política nas práticas sociais

Como afirmou Fairclough, as identidades são relacionais: o que você é é uma questão de como você se relaciona com o mundo e com as outras pessoas. (FAIRCLOUGH, 2003, p.166)

A identidade política é construída também pelos discursos parlamentares e está relacionada ao campo das práticas políticas, seja no Parlamento, seja nas bases eleitorais, seja nas entrevistas dadas a redes de TV. Assim, o uso da modalidade evoca não só a identidade do autor, como também tem ligação com o significado acional sobre os ouvintes, porque, dizendo quem eu sou, eu digo também: “eu quero que você me veja assim”. As redes de práticas sociais articulam as identidades texturizadas nos discursos.

<u>Precisamos, então, tomar muito cuidado</u> para não voltarmos ao memos maniqueísmo quanto à lista fechada e também ao financiamento público.	Precisamos tomar muito cuidado (modalidade da obrigação deônticas)
<u>Podemos até estudar</u> os financiamentos público e privado de campanhas (...)	Podemos até estudar (modalidade da possibilidade ou epistêmica.)
Repto: esta Casa <u>precisa estar atenta</u> para não voltar a esse caminho (...)	Precisa estar atenta (obrigação)
Sras. e Srs. Deputados, <u>não podemos mais permitir</u> esse tipo de coisa.	Não podemos mais permitir (modalidade da obrigação realizada pelo negativo da modalidade da possibilidade)
<u>Precisamos, sim, de uma reforma política ampla, bem discutida</u> (...)	Precisamos de uma reforma política (modalidade da obrigação)
Adotar o voto distrital misto ou o voto majoritário puro e simples, mecanismo que torna desnecessárias as coligações, é uma questão que <u>deve ser estudada</u> com profundidade.	Deve ser estudada (modalidade da obrigação)
Enfim, <u>devemos rever</u> todos esses pontos e chegarmos a um consenso, para termos uma reforma política clara, aberta e não maniqueísta.	Devemos rever (modalidade da obrigação)

Quadro 1 – As modalidades deônticas e epistêmicas do discurso.

Uma modalidade que não se comprometa muito pode ser motivada pelas relações sociais. Podemos ver que, em relação ao item “financiamento público e privado de campanhas”, o orador utiliza a modalização com o modal “podemos”, o que indica uma região de menor probabilidade de acontecer o que está sendo afirmado. Quanto aos itens de voto distrital misto ou voto majoritário (que torna desnecessárias as coligações), a posição do orador é construída com a modalidade deônticas (deve ser estudada). Em relação a questões amplas (reforma política ampla, todos esses pontos), a modalidade também é deôntica. Isso pode indicar a necessidade de o orador construir uma identidade política que se coadune com o direcionamento relativamente obrigatório para a reforma política.

9 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO MIRO TEIXEIRA

O texto em análise é o discurso do Deputado Miro Teixeira, proferido em 19 de outubro de 2012, na sessão 274.2.54.0, da Câmara dos Deputados. Nesse discurso, há uma preocupação do orador em definir a expressão “reforma política”, que ele julga inadequadamente empregada no Parlamento.

Podemos verificar que o orador está preocupado em definir o que não é reforma política: Essa necessidade do orador pode ser expressa pelo seguinte trecho discursivo: *Também não gosto muito de ouvir falar genericamente da expressão “reforma política”, porque é preciso definir o que é reforma política. Os projetos que eu conheço desta Casa cuidam essencialmente do sistema eleitoral de Deputados. Isso não é uma reforma política, isso é uma reforma do sistema eleitoral dos Deputados.* Há uma avaliação negativa — “não gosto” — sobre o uso genérico do termo “reforma política”, seguida de uma modalização deôntica⁸: *é preciso definir o que é reforma política.*

O orador, com um estilo discursivo requintadamente modalizado, utiliza as projeções interpessoais para realizar o que a Linguística Sistêmico-Funcional chama de propostas, em termos de ato de fala. São propostas, realizadas por metáforas de modo e por projeções interpessoais, que se configuram também como modalizações. Assim, a proposta fica duplamente modalizada e “metaforizada”, com o uso da projeção interpessoal. Vejam o exemplo de trecho do discurso do orador: ***Eu, modestamente, se pudesse fazer uma proposta sem a intitular de “reforma política”, imagino que nós poderíamos pegar a Lei nº 4.504, a Lei nº 12.034, que são as leis eleitorais, e acabar com o mundo de vedações que existem ali, como a própria propaganda eleitoral.*** Vejam as marcas discursivas das modalizações: *modestamente, pudesse, imagino que, poderíamos.* Na verdade, a oração projetada (poderíamos pegar...) é a proposta.

O processo mental cognitivo “imagino”, o gatilho da oração projetada, constrói uma realização metafórica de uma proposta e de um convite/ordem, em termos de ato de fala. Nesse caso, além da projeção, existe a forma modal “poderíamos”, para atenuar a proposta. Essa forma divergente entre semântica e gramática mostra o que Halliday chama de realinhamento entre semântica e gramática. Isso significa que, em vez de usarmos formas mais corriqueiras para darmos uma ordem, por exemplo, ou fazermos uma proposição, utilizamos uma forma grammatical em forma de oração projetada por uma oração cognitiva mental.

⁸ A modalidade deôntica indica uma obrigação.

A seguir, vamos observar as orações projetadas do discurso:

Oração projetada por processo mental cognitivo (metáfora de modo)	Glosa da proposta
Eu acho que se deve cumprir a Lei nº 9.504	Cumpramos a Lei nº. 9.504
Eu penso que poderíamos ter uma ampla visão do Poder Legislativo.	Tenhamos uma visão ampla do Poder Legislativo.
Quadro 1 – Análise das metáforas de modo (propostas como fenômenos mentais)	

Há outro quadro, que indica uma modalização de possibilidade.

Oração projetada por processo mental cognitivo (metáfora de modo)	Glosa da modalização de probabilidade
(...) mas eu acho que, assim com as críticas que recebemos de fora, elas são corretas.	Provavelmente as críticas são corretas.
Acho que, felizmente, temos muitos temas para debater, mas com a certeza de, a cada dia, o Brasil está melhor.	Provavelmente temos muito temas a debater.

Quadro 2- Análise das metáforas de modo (possibilidades como fenômenos mentais.)

No quadro 2, podemos ver como o orador deixa explícito que a probabilidade é subjetiva. Esse recurso semiótico ajuda a construir a identidade do orador, texturizada com as modalizações e metáforas modais. Isso pode indicar uma identidade política que não é de confronto, mas de diálogo.

10 ANÁLISE DO DISCURSO DO DEPUTADO CHICO ALENCAR

Esta análise refere-se ao discurso do Deputado Chico Alencar, proferido em 27 de junho de 2007, referente ao apelo feito pelo orador para se votar a reforma política, argumentando especialmente sobre a credibilidade do Parlamento frente à população.

Neste discurso, a metafunção interpessoal sobressai-se pelo uso das metáforas gramaticais interpessoais de modo, que significam: usar uma forma normalmente utilizada para um convite para expressar e significar uma ordem. O orador diz: “*Vamos ousar um pouco*”. Na verdade, isso não é um convite, mas pode ser entendido como um pedido/ordem para que os pares aceitem as mudanças trazidas pelos projetos que dizem respeito a transformações no sistema político-eleitoral brasileiro.

O orador apresenta argumentos avaliativos para justificar a ação política de se votar a favor das transformações do sistema político-eleitoral: “E votar bem – aprendi aqui – significa combinar sensatez com ousadia”. Trata-se, na concepção do sistema de avaliatividade, de uma apreciação, que posiciona o orador em relação ao que está afirmando. Essa avaliação, construída com uma antítese – sensatez e ousadia – constrói um terceiro conceito, indicando uma ação parlamentar lúcida, mas não hesitante. Essa avaliação texturiza a identidade política do orador, uma identidade em consonância com o ideal de dinamismo do Parlamento, que poderá permitir respostas mais imediatas às mudanças e anseios sociais.

Ao destacar o papel primordial do Parlamento como elemento de transformação social, que deve acompanhar o dinamismo da sociedade, o orador usa o seguinte silogismo, também com avaliações:

1 – As alterações causam risco e, portanto, votar em reformas causa risco.

2 – Mas o imobilismo é o pior dos riscos e, portanto, não votar em reformas é o pior dos riscos.

3 – É melhor a alteração; é melhor votar as alterações no sistema político-partidário.

Em relação o item *financiamento público exclusivo de campanha*, um dos itens dos projetos de reforma política, o orador tem um posicionamento bastante claro. A atitude inequívoca do orador em relação às mudanças trazidas pela reforma política, especialmente em relação ao financiamento público de campanha, pode ser constatada nos seguintes convites aos demais

Parlamentares: *Vamos avançar, vamos ousar, vamos arriscar, vamos garantir a essência do financiamento público de campanha, porque ele certamente, povo brasileiro, vai vir na forma de mais investimentos para a saúde, para a educação, porque o dinheiro da corrupção consome 40 bilhões de reais/ano no Brasil.*

A estrutura argumentativa deste discurso mostra a ligação que orador faz entre o financiamento público de campanha e a diminuição da corrupção. Esse raciocínio ampara, em termos de argumentação, a defesa de seus pontos de vista. O raciocínio prima pelo seguinte silogismo: Uma das formas de corrupção é, *sim, a intermediação de interesses privados nos negócios públicos; o financiamento público pode acabar com essa intermediação; o financiamento público pode acabar com essa forma de corrupção.*

Nesse discurso, podemos ver que as avaliações, as metáforas gramaticais de modo e a estrutura argumentativa texturizam a identidade política do orador. Dessa forma, podemos ver como os recursos semióticos (inclusive os recursos linguísticos) são utilizados para formar os posicionamentos políticos e, assim, construir as identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As identidades políticas dos Parlamentares da Câmara dos Deputados são também construídas *por meio* e *com* os discursos parlamentares — processos interacionais e ativamente persuasivos de comunicação social. Atualmente, com o advento da TV Câmara, da Rádio Câmara e do Portal da Câmara dos Deputados, tais unidades comunicativas atingem talvez milhões de pessoas, comprovando a relevância social, política e econômica do discurso parlamentar, seguindo a tendência da modernidade tardia de ir ao encontro da economia do conhecimento.

Neste trabalho, procuramos analisar discursos representativos da sociedade brasileira, mostrando os vários recursos semióticos e as várias identidades políticas construídas a partir desse sistema interacional humano. Utilizamos, para a análise, especialmente a Análise de Discurso Crítica, de Fairclough; a teoria do sistema de avaliatividade, de Martin; a Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday. Buscamos colher, em cada discurso, as categorias mais características daquela unidade comunicacional. Também buscamos contemplar uma boa fatia da representatividade da população no Parlamento brasileiro, com suas diferentes tendências argumentativas, persuasivas e ideológicas. Dessa forma, podemos destacar com relativa acuidade representacional as identidades políticas dos oradores nestes específicos pronunciamentos.

Podemos perceber, com base na análise dos recursos semióticos, que o Deputado Ronaldo Caiado (Relator), em sua oratória, recorre com muita frequência a avaliações, aí incluídas estruturas metafóricas imagéticas, recursos semióticos com grande poder de persuasão. Esses recursos metafóricos fortalecem a dimensão emotiva do discurso, o que faz com que o texto tenha força de convencimento, tendo como destino antes a persuasão do que o esclarecimento, embora a análise trate de discurso referente ao voto do relator. O discurso analisado do Deputado Henrique Fontana tem como elemento central a persuasão pela argumentação. Como se trata de discurso de relator, as suas bases argumentativas referem-se a análise da conjuntura atual do sistema político brasileiro e das consequências sociais de uma não votação da proposta de reforma política. Podemos também localizar que o pronunciamento do Deputado Lincoln Portela se caracteriza por modalidades deônticas, ou seja, aquelas referentes à inserção de ideias de obrigação no que está falando, com a utilização de recursos semióticos que contribuem para a caracterização dessa modalidade, como os processos modificados pelos modais *precisar*, *dever*. Também foi possível, com a análise, atentar para o fato de que, por meio de seu ato discursivo, o Deputado Chico Alencar deseja ser identificado como proporcionador de mudanças na vida política brasileira,

comprometido com o dinamismo social, com a ousadia parlamentar, com a negação do imobilismo nas votações. Foi-nos possível perceber que o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em seu discurso, revela uma identidade mais preocupada com a distribuição dos recursos orçamentários para áreas vitais do País, como a saúde, a educação e a segurança pública. Constatamos também que os recursos semióticos utilizados pela Deputada Luiza Erundina, em seu discurso, revela que a Parlamentar está preocupada com a inclusão de minorias no processo político brasileiro, com o aumento da participação feminina nos partidos; a participação da população. Sua palavra de ordem é; participação. Em relação ao discurso do Deputado Miro Teixeira, contendo um viés muito elegante e suave de interação, podemos constatar o uso de metáforas interpessoais, realizadas também por projeção interpessoal, com sujeito explícito, para formular propostas. Assim, quando o orador quer pedir ou ordenar que o Parlamento faça alguma coisa, ele diz: “Eu penso que nós deveríamos ter uma ampla visão”. Na verdade, o que está implícito é uma ordem/convite, extremamente modalizada, tanto pela oração que projeta (Eu penso que), como pelo futuro do pretérito (deveríamos). Trata-se de uma suavização da função interpessoal do discurso, feita de forma habilidosa.

Segundo Fairclough, os estilos do autor podem ser articulados no texto para tecer determinada identidade. No caso da presente análise, atentamos para as avaliações, para as metáforas lexicais, para as metáforas gramaticais de modo e para as estruturas argumentativas. Talvez essas categorias sejam as mais produtivas em discursos parlamentares, por se caracterizarem como definidoras da formação da imagem política em relação ao ouvinte/leitor.

Dessa forma, podemos sugerir que o tipo textual “discurso parlamentar” geralmente põe em relevo dois significados discursivos: o significado **acional** e o significado **identificacional**. O significado **acional** tem ligação com a metafunção interpessoal da linguagem e refere-se principalmente às trocas, às funções de fala e ao modo gramatical. As trocas são feitas mediante trocas de atividade e de conhecimento; as funções de fala dizem respeito a afirmações ou perguntas que significam ordem, portanto havendo aí uma metáfora gramatical, onde a pergunta e a afirmação são usadas para dar uma ordem, sem a necessidade de se usar o modo imperativo. Para atingir o leitor/ouvinte, o orador dispõe desse sistema linguístico conectado à metafunção interpessoal da linguagem. O significado **identificacional** refere-se à construção das identidades políticas, com a texturização dos estilos, construídos com recursos semióticos referentes ao sistema avaliativos, com apreciações e julgamentos, segundo o sistema de Martin. Esse significado identificacional não só constrói as *personae* políticas, como também evoca uma empatia no leitor/ouvinte, contribuindo para a função originária do discurso parlamentar, a função persuasiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Banco de Discursos da Câmara dos Deputados*. Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso: 12.04.2012
- CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and Rhetoric*. The persuasive power of metaphor. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- FAIRCLOUGH, Isabela e Norman. *Political Discourse Analysis – A method for advanced students*. Routledge: London, 2012.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- MARTIN, F. e ROSE, D. *Working with discourse*. Meaning beyond the clause. Continuum: London, 2007 (Reprinted in 2011)
- VAN LEEUWEN, T. *Discourse and Practice*. New Tools for Critical Discourse Analysis. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Banco de Discursos

www.camara.leg.br/bancodediscursos

Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Análise de Discursos

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Banco de Discursos

www.camara.leg.br/bancodediscursos

Coordenação de Histórico de Debates

Seção de Análise de Discursos